

NOVOS APORTES NA PSICOLOGIA MORAL: A PERSPECTIVA DA TEORIA DOS MODELOS ORGANIZADORES DO PENSAMENTO

Juliana Franzi*
Ulisses Ferreira de Araújo**

Resumo: Esse artigo tem como objetivo analisar as diferentes abordagens acerca do desenvolvimento moral, a partir de revisão de literatura, especialmente no campo da Psicologia Moral. Tendo em vista o predomínio de uma visão reducionista, fragmentada e linear nesse campo – principalmente devido ao fato das teorias clássicas centrarem-se no princípio de justiça – recorreremos à Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, desenvolvida por Moreno, Sastre, Bovet e Leal (1998), por compreendermos que essa teoria permite uma análise mais ampla sobre os diferentes fatores que têm influência no desenvolvimento moral.

Palavras-chave: Ética da justiça, ética do cuidado, desenvolvimento moral, teoria dos modelos organizadores do pensamento

NEW CONTRIBUTIONS IN MORAL PSYCHOLOGY: THE PERSPECTIVE FROM THEORY OF THOUGHT ORGANIZING MODELS

Abstract: The objective of this article is to analyze, from a bibliography revision, some interpretations about the moral development, especially in the field of Moral Psychology. Considering the dominance of a reductionist fragmented and lineal view, in this field, mainly due to the fact that classical theories focus on the principle of justice, we fell back on the new contributions of Theory of Thought Organizing Models developed by Moreno, Sastre, Bovet and Leal (1998), since we are confident that this allows a wider analysis about the different factors that have influenced moral development.

Keywords: Ethics of Justice, ethics of care, moral development, theory of thought organizing models

Sobre a ética da justiça: a perspectiva clássica na Psicologia Moral

Historicamente, razão e emoção foram concebidas como fenômenos separados e opostos, sendo a segunda elevada a uma posição de supremacia em relação à primeira. Esta dicotomia ganhou lugar nos escritos filosóficos da antiguidade, contudo não se limitou a eles, estendendo-se a diversos campos, tais como a sociologia, a neurologia e a psicologia.

Cícero (106 a.C. - 43 a.C.), filósofo estoíco, considerou que somente a alma livre de qualquer paixão seria capaz de atingir a sabedoria. Ainda no século XIX, tais ideias persistiram. Philippe Pinel e Jean-Étienne Dominique Esquirol, influenciados por Cícero, afirmaram que as patologias estavam ligadas às quatro paixões que cegam a alma – a alegria, a tristeza, o medo

e a libido – e consideraram o sentir como sinônimo de enfermidade, compreensão que orientou o tratamento de doenças mentais (KUPFER, 2003).

Foi no século XVIII que a supremacia da racionalidade, em detrimento da domínio afetivo, se fortaleceu e, vale destacar, os pressupostos de Immanuel Kant contribuíram nesse sentido. Especialmente na obra “Fundamentação da metafísica dos costumes” (2003), Kant apresentou suas compreensões acerca da moralidade. Nessa obra, Kant contrapôs-se às teses empiristas, recusando-se a considerar que o comportamento humano se funda na experiência. Para o filósofo, é a razão, elemento *a priori*, isto é, anterior à experiência, que deve guiar a vontade das pessoas em seus comportamentos. Conforme o autor, o destino verdadeiro da razão deve ser o de produzir uma boa vontade e, explica: Esta voluntad no ha de ser todo el bien, ni el único bien; pero ha de ser el bien supremo y la condición de cualquier otro, incluso el deseo de felicidad” (KANT, 2003, p. 23)¹.

Como evidencia Pagotto-Euzebio (2007, p. 62), o conceito de boa vontade e de dever estão relacionados para Kant, pois uma ação só terá valor moral quando for praticada por dever e não simplesmente de acordo com o dever.

Com efeito, observa-se na obra supracitada de Kant, uma ética pautada no princípio de dever, orientada por um imperativo categórico: “obra sólo según una máxima tal que puedas querer al mismo tiempo que se torne una ley universal” (KANT, 2003, p. 57).

Portanto, a moral na perspectiva kantiana deveria ser capaz de garantir os princípios éticos universais, razão pela qual “o ser verdadeiramente livre agirá sempre determinado por uma lei moral que, ao fim, se identificará com a própria liberdade do ser racional” (PAGOTTO-EUZEPIO, 2007, p. 62).

Na Psicologia, Piaget (1994) e Kohlberg (1989, 1992), autores que merecem destaque no estudo sobre a moralidade, ofereceram importantes contribuições sobre a temática, contudo, seus trabalhos deram continuidade à perspectiva kantiana, uma vez que enfocaram os aspectos racionais no desenvolvimento moral, minimizando ou mesmo desconsiderando os aspectos afetivos que permeiam o psiquismo².

Em 1932, a clássica obra de Jean Piaget, “O juízo moral na criança”, foi responsável por inaugurar o estudo sobre a moralidade na perspectiva psicológica, mais especificamente a partir de um enfoque da Psicologia Cognitivo-Evolutiva. Nessa obra, Piaget dedicou-se a investigar como se constitui o respeito à regra na infância. Tendo em vista tal objetivo, o autor advertiu: “propusemo-nos a estudar o juízo moral e não os comportamentos ou sentimentos morais” (PIAGET, 1994, p. 21). Portanto, evidencia-se, uma vez mais, a valorização do domínio racional.

Ao propor-se a investigar a moral do ponto de vista da criança, o epistemólogo suíço considerou que “toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito

que o indivíduo adquire por essas regras” (PIAGET, 1994, p. 23). Em sua investigação, Piaget focou-se nos jogos infantis, por compreender que eles oferecem a análise do respeito às regras a partir da perspectiva da criança. Nesse sentido, deparou-se com o jogo de “bolinhas de gude” entre os meninos e os jogos de “pique” e de “amarelinha” entre as meninas. Entretanto, sua escolha para a realização da investigação, deu-se pelo jogo dos meninos, tendo Piaget argumentado que “a observação mais superficial foi suficiente para mostrar que, em linhas gerais, as meninas têm o espírito jurídico menos desenvolvido que os meninos” (PIAGET, 1994, p. 69).

Porter assumiu esta escolha, focalizando sua análise do desenvolvimento moral no modelo masculino, Piaget deixou espaço para uma série de críticas, as quais foram estimuladas, tal como veremos adiante, especialmente a partir do trabalho de Carol Gilligan, denominado “In a different voice” (1982).

A despeito das críticas, os aportes advindos da obra Jean Piaget para os estudos sobre a moralidade merecem destaque. A partir da observação dos jogos e de entrevistas clínicas, Piaget deparou-se com um caminho pelo qual o desenvolvimento moral percorreria: da anomia à heteronomia e, desta à autonomia. De acordo com o autor, a anomia (A: negação, nomia: regras, leis) não pode ser considerada ainda como um período moral. É por volta dos quatro anos que a criança tende a atingir a heteronomia. Nesse período há um reconhecimento das regras, mas estas são sempre advindas de uma fonte externa. Por volta dos nove anos a criança atinge a autonomia, tornando-se capaz de compreender e lidar com regras. Essa passagem seria marcada pela conquista da cooperação e do respeito mútuo entre os sujeitos em detrimento da coação e do respeito unilateral.

Nesse processo que vai da anomia à autonomia, Piaget delega à racionalidade o elemento capaz de guiar o desenvolvimento moral. Conforme explica o autor:

Parece-nos que há, entre o respeito mútuo e a autonomia da consciência, a mesma relação existente entre o respeito unilateral e o egocentrismo. Acrescenta-se a isso somente a circunstância essencial, de que o respeito mútuo, bem mais que o respeito unilateral, encontra o elemento da racionalidade, anunciado desde a infância motora inicial, ultrapassando, assim, o episódio marcado pela intervenção da coação e do egocentrismo (PIAGET, 1994, p. 82).

Como se faz evidente, ao delegar à racionalidade tal potencial e ao recusar-se a atentar para os sentimentos morais, Piaget seguiu os rumos trilhados por Immanuel Kant. Contudo, no campo da Psicologia, foi no trabalho de Lawrence Kohlberg que os postulados de Kant viram-se radicalizados. E, vale destacar, que foi por meio dos trabalhos de Kohlberg que o campo da Psicologia Moral consolidou-se.

Em 1958, Kohlberg defendeu sua tese de doutorado, na Universidade de Chicago. Anos depois, fixou-se na Universidade de Harvard, na qual permaneceu até sua morte em 1987, aos 59 anos de idade (BIAGGIO, 1997). Sua morte precoce deveu-se ao fato de que, em 1971, estando em Belize para realizar uma pesquisa transcultural, Kohlberg contraiu um parasita tropical.

Ao longo de sua trajetória, Kohlberg produziu, junto a seus colaboradores, diversas obras buscando investigar os estágios evolutivos para além da infância, ampliando, portanto, as investigações de Jean Piaget.

Em suas pesquisas, realizada em diversos países e com sujeitos de diferentes idades, Kohlberg postulou uma sequência universal para os estágios morais, tendo constatado que, a despeito das diferenças culturais, o desenvolvimento moral ocorre por meio de estágios rígidos e hierárquicos. Destarte, Kohlberg contrapunha-se ao relativismo ético.

A partir de seus estudos, Kohlberg verificou que a moral está organizada em três grandes níveis – pré-convencional, convencional e pós-convencional – os quais se subdividem em dois estágios. No primeiro nível os estágios são: 1- orientação para a punição e obediência; 2- hedonismo instrumental e relativista. No segundo: 3- moralidade de aprovação social e relações interpessoais 4- orientação para a lei e a ordem. E, no último: 5- orientação para o contrato social; 6- princípios universais de consciência. Nesse percurso, Kohlberg considerou que a justiça é o princípio fundamental da universalidade da moral. Para ele, trata-se de uma moral do dever e, portanto, pautada em uma perspectiva normativa, cognitivista e deontológica.

No que concerne às influências das diferenças de sexo para o desenvolvimento moral, Kohlberg, ainda que tardiamente, incluiu em sua amostra sujeitos do sexo feminino (diferentemente de Piaget), entretanto, constatou que os homens atingiam estágios mais altos do desenvolvimento que as mulheres. Segundo o autor, a dificuldade das mulheres em ascender aos estágios mais altos do desenvolvimento decorria de certa dificuldade de serem racionais e de se pautarem no princípio de justiça (KOHLBERG, 1992).

Tais resultados renderam a Kohlberg uma série de críticas, as quais foram aventadas especialmente a partir do trabalho de Carol Gilligan. Veremos.

Aportes e limites da “ética do cuidado”

Carol Gilligan (1982) deu um importante passo ao questionar a perspectiva da moral deontológica em Kohlberg (autor do qual foi colaboradora). A partir da análise das questões de gênero, indicando ser este um fator desconsiderado ou pouco analisado tanto pela Psicologia Cognitivo-Evolutiva (nos trabalhos de Piaget e Kohlberg), como na Psicanálise (como nos trabalhos de Freud), Gilligan estruturou uma teoria moral propondo duas orientações: uma moral predominantemente marcante nos homens – pautada na ética da justiça – e uma moral predominantemente marcante

nas mulheres – pautada na ética do cuidado. Para a autora, enquanto os homens orientam-se especialmente em valores como a igualdade e a justiça, as mulheres estariam mais preocupadas com a responsabilidade para com os outros. Segundo Gilligan, “a fraqueza moral das mulheres, manifesta na aparente difusão e confusão de julgamento é assim inseparável da força moral das mulheres, um excessivo interesse em relacionamentos e responsabilidades” (GILLIGAN, 1982, p. 27).

É nos trabalho de Nancy Chodorow que Carol Gilligan encontra uma das bases para desenvolver seus estudos. Com efeito, Gilligan compartilha da crítica de Chodorow ao fato da maternidade ser assumida exclusivamente pelas mulheres. Na obra “Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher”, Chodorow (1990) buscou compreender as implicações que a maternidade tem no desenvolvimento de meninos e meninas. Segundo essa autora, devido ao fato das meninas serem cuidadas por pessoas do mesmo sexo, haveria maior identificação e relação de apego entre elas, o que faz com que a individuação e separação sejam menos enfáticas entre a mãe e a filha. Já no caso da relação entre a mãe e o filho, a separação seria mais marcante, o que traria dificuldades dos homens com os relacionamentos e com a intimidade. Conforme aponta Gilligan, compartilhando da posição assumida por Chodorow:

Uma vez que a masculinidade define-se através da separação enquanto a feminilidade define-se através do apego, a identidade de gênero masculino é ameaçada pela intimidade, ao passo que a identidade de gênero feminina é ameaçada pela separação. Assim é que os homens tendem a ter dificuldades com relacionamentos, enquanto que as mulheres tendem a ter problemas com a individuação (GILLIGAN, 1982, p. 18-19).

Desse modo, Gilligan estabeleceu uma relação entre o EU e o desenvolvimento moral, sendo a ética da justiça relacionada a um EU separado e autônomo e a ética do cuidado, relacionada a um EU interconectado e interdependente (TIMÓN; SASTRE, 2003).

No campo da Filosofia, as ideias de Gilligan serviram de base para o desenvolvimento da obra de Nel Noddings, publicada em 1984 e denominada “*Caring: a Feminine Approach to Ethics and Moral Education*”. Nessa obra, a autora dedicou-se a discutir o cuidado como ideal ético e a educação moral, afirmando que o ser humano seria naturalmente propenso a estabelecer uma relação de cuidado para com os outros. Isso se daria pelo fato de que sentimos prazer ao cuidar. Por essa razão, Noddings entende que o cuidado trata-se de sentimento natural, pois “como seres humanos, queremos cuidar e ser cuidados” (NODDIGNS, 2003, p. 19).

Concordando com Gilligan, Noddings acredita que quando se deparam

com dilemas morais, as mulheres assumem uma postura diferenciada da postura masculina. Primeiramente porque solicitam saber detalhes do dilema, ademais, as mulheres podem até remeter-se às razões dos seus atos, entretanto tais razões não apontam para princípios universais, senão que para “sentimentos, necessidades, impressões e uma percepção do ideal pessoal” (NODDINGS, 2003, p. 13). Assim, esta postura, a da “ética do cuidado”, é considerada por ela como essencialmente feminina (NODDINGS, 2003, p. 21).

Seguindo o caminho de Gilligan, Noddings discute os resultados de Kohlberg e o critica por haver considerado que as mulheres não atingem os estágios mais elevados da moralidade. Conforme explica a autora:

Esse compromisso com o cuidar e definir-se em termos de habilidade para cuidar representa uma alternativa feminina ao estágio seis da moralidade de Kohlberg. No estágio seis, o pensamento moral transcende os princípios morais particulares, apelando a um princípio mais elevado – um princípio que permita um rearranjo da hierarquia para dar um local e um valor adequados ao amor humano, à lealdade e ao alívio do sofrimento. Mas as mulheres como cuidadoras não estão muito preocupadas com o rearranjo das prioridades entre os princípios; em vez disso estão preocupadas em manter e melhorar o cuidado. Elas não abstraem da situação concreta aqueles elementos que permitem uma formulação do argumento dedutivo, antes permanecem na situação como agentes sensitivos, receptivos e responsáveis. Como resultado dessa orientação para o cuidado, elas são percebidas por Kohlberg como *paralisadas* no estágio três – aquele estágio em que o agente moral quer ser um *bom menino ou menina*. No entanto, o desejo de ser bom, de ser cuidador em reposta a essas pessoas cuidadas aqui e agora, proporciona uma base alternativa, sólida e atraente para o comportamento ético (NODDINGS, 2003, p. 62).

Tais argumentos evidenciam que, especialmente os aportes de Gilligan, contribuíram sobremaneira para ampliar os horizontes do campo da Psicologia Moral. Como explicam Sastre e Moreno (2000), ao considerar a ética da justiça e a ética do cuidado como complementares, Gilligan entendeu que a primeira implica a busca de um trato igualitário para com todos os seres humanos, enquanto que a segunda – a ética do cuidado – implica que se leve em conta as singularidades de cada sujeito, seus desejos, emoções e sentimentos. A ética da justiça estaria, pois, relacionada ao âmbito público e a ética do cuidado, por sua vez, ao âmbito privado. Assim, as formulações de Gilligan abriram caminho para uma análise de maior complexidade sobre o desenvolvimento moral. Entretanto, os pressupostos da autora merecem revisões.

Tal como alertam Campbell e Christopher (1996), Araújo (1999) e Arantes (2000b), Gilligan não questionou a interpretação estruturalista do desenvolvimento moral por estágios, presente nos trabalhos de Piaget e Kohlberg, nem realizou trabalhos empíricos voltados à compreensão do papel das emoções no raciocínio moral. Ademais segundo Arantes (2003), o trabalho de Gilligan, apesar de propor a ética da justiça e do cuidado como complementares, acabou por gerar uma série de dualismos, tal como entre o “masculino” e o “feminino”, entre o “emocional” e o “racional” e entre o princípio de “justiça” e o de “cuidado”. Por conseguinte, apesar de criticar o androcentrismo nas investigações sobre o desenvolvimento moral, Gilligan acabou por acentuar as diferenças entre o masculino e o feminino, deixando de considerá-los como uma construção histórica, cultural e social. Afinal, como esclarece Timón e Sastre:

En primer lugar la estrecha asociación que postula Gilligan entre la ética del cuidado y el género femenino ha sido vista como una mera continuación de las diferencias tradicionales que postulan que el mundo de la mujer es el de los sentimientos de las relaciones interpersonales y el mundo de los hombres el de lo público. De este modo lo único que aportaría la visión suscrita por Gilligan sería cambiar el valor negativo adjudicado a esa diferencia por uno positivo. El peligro de esa permanente separación entre lo público/privado, donde el último se subordina al primero, es una de las cuestiones que ha provocado ciertas críticas y temor con respecto al trabajo de Gilligan (TIMÓN; SASTRE, 2003, p. 223).

Com efeito, visando romper com os dualismos gerados por Gilligan, Seyla Benhabib (1987, 1992) compreende que todos nós, homens e mulheres, somos “outros-generalizados” e “outros-concretos”. A primeira orientação pressupõe considerar todos os indivíduos como racionais, com os mesmo direitos e deveres, tal como se dá no âmbito jurídico. A segunda pressupõe considerar a história de cada sujeito, com as suas necessidades, desejos e emoções. Desse modo, ao contrário de colocar em pólos extremos e opostos a justiça e o cuidado, Benhabib propõe integrar autonomia e solidariedade, justiça e cuidado.

Compreendemos, por conseguinte, que mais que nos remetermos às críticas às teorias clássicas acerca do desenvolvimento moral e à abordagem pioneira de Gilligan sobre a ética do cuidado, o que se faz necessário é a busca de caminhos que ampliem as investigações no campo da Psicologia Moral, permitindo um olhar mais complexo sobre os diferentes fatores que interferem na moralidade. Com este intuito, deparamo-nos com a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento.

A Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento

Perante as controvérsias entre a “ética da justiça” e a “ética do cuidado” a busca por um olhar mais abrangente no campo da Psicologia Moral não se dá sem dificuldades. Contudo, em convergência com um movimento que vem se configurando no campo científico de modo geral, a Psicologia Moral também vêm ganhando novas contribuições no sentido de romper com o olhar linear e fragmentado que predominou nessa área de estudos.

Ao final do século passado, a ciência tradicional passou a ser questionada. Os postulados científicos, até então divulgados como verdades, foram paulatinamente deixando de ser vistos como neutros, inquestionáveis e universais, tal como se pretendia, e passavam a ser compreendido como uma construção humana realizada em determinado contexto sociocultural.

Tal crítica, que começou a despontar especialmente a partir das ideias de Thomas Kuhn (1975), tem se intensificado e ganhado lugar nos escritos de autores de diferentes áreas do conhecimento como Prigogine (1983, 1996), Morin (2007), Capra (1998), dentre outros.

Optamos por aqui destacar as contribuições Edgar Morin (2007), que com sua “Teoria da Complexidade” atentou para a necessidade de reconhecermos que na forma clássica do fazer científico houve o predomínio de um pensamento simplificador, implicando a busca pela verdade universal, pela existência de um mundo ordenado e lógico. Ao orientar-se pelos princípios de redução, disjunção e abstração, este tipo de pensamento – clássico científico – acabou por reduzir, desintegrar, fragmentar e tratar de maneira unidimensional o mundo real. Logo, a crítica de Morin nos indica a necessidade de construtos científicos que vislumbrem a complexidade ao invés da simplicidade.

Tais pressupostos vêm ao encontro à Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, elaborada por Moreno, Sastre, Bovet e Leal (1998), uma vez que essa nos permite ir além do olhar reducionista que predominou no campo da Psicologia Moral.

A principal base para o desenvolvimento dessa teoria decorre das contribuições de Jean Piaget. Entretanto, aos pressupostos do epistemólogo suíço somam-se algumas críticas.

Lembremos que Jean Piaget centrou-se na investigação do sujeito epistemológico. Por meio de seus estudos empíricos, observou que desde o nascimento e nas formas mais elementares de interação entre a criança e o mundo, processos contínuos de aprendizagem eram desencadeados. Por considerar que o processo de aquisição do conhecimento se dá a partir da interação entre o sujeito e meio e que o sujeito é protagonista desse processo, Piaget baseou-se na ideia de uma epistemologia interacionista e construtivista.

Nesse sentido, visando compreender as estruturas do conhecimento, Piaget postulou que o sujeito passa por quatro estágios do desenvolvimento

cognitivo, a saber: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. A passagem de um estágio ao estágio subsequente envolveria ganhos no processo de desenvolvimento.

Contudo, apesar de esforçar-se por compreender a interação entre o sujeito e meio, Piaget acabou por centrar-se nas estruturas do desenvolvimento cognitivo, deixando em um segundo plano o meio com que o sujeito interage e considerando o aspecto cognitivo em detrimento de demais aspectos que permeiam o psiquismo: tal como a afetividade. Tal crítica apresenta-se como um dos pontos centrais que levaram Moreno, Sastre, Bovet e Leal (1998) a formular a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento. Como destaca Moreno et al.:

En la teoría de Piaget aparece una constante preocupación por poner en evidencia los aspectos estructurales del pensamiento. El interés por describir los elementos comunes a diferentes conductas intelectuales le lleva a construir una teoría del desarrollo cognitivo situándose en la perspectiva del sujeto y centrándose en las acciones y en los cambios que en él se operan.

Los estadios no hacen referencia a las transformaciones del mundo o del medio que rodea al sujeto, sino que a las transformaciones que sufren el propio sujeto (epistémico) en contacto con dicho medio, que es contemplado como escenario en el que desarrolla su acción y del que toma los elementos (asimilación) para su autotransformación (acomodación) [...] Al tener los contenidos un carácter secundario, en esta perspectiva teórica las explicaciones fundamentales se centran en las estructuras las cuales no son infinitas – como tienden a ser los contenidos – sino limitadas y acotables lo cual hace posible su descripción y, por tanto, el descubrimiento de unas constantes en el funcionamiento cognitivo (MORENO et al., 1998, p. 65).

A partir do reconhecimento das contribuições de Piaget e de sua forma admirável de descrever o funcionamento psicológico (MORENO; SASTRE, 2010, p. 55), mas também de alguns limites de sua teoria, Moreno, Sastre, Bovet e Leal (1998) desenvolvem a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento.

Essa teoria entende que o funcionamento psicológico do ser humano se dá por meio da construção de modelos da realidade, os quais orientam o sujeito na sua interação com o meio. Como observam Moreno e Sastre (2000, p. 125), os seres humanos têm a possibilidade de interpretar de múltiplas maneiras um mesmo fato. Portanto, “aquello que llamamos ‘realidad’ no es sino una manera, entre otras muchas posibles, de ver el mundo” (MORENO; SASTRE, 2010, p. 59).

As autoras da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento compreendem que a construção dos modelos organizadores do pensamento envolve três processos mentais articulados e interdependentes, os quais sejam: a capacidade que os sujeitos têm de abstrair determinados elementos da realidade e desconsiderar outros, atribuir significados aos elementos selecionados e, estabelecer implicações entre os elementos abstraídos e os significados atribuídos. Por fim, a partir de todo este processo, compreende-se que o sujeito constrói modelos da realidade.

Segundo definição das próprias autoras dessa teoria – Montserrat Moreno, Genoveva Sastre, Magali Bovet e Aurora Leal:

Concebimos un modelo organizador como una particular organización que el sujeto realiza de los datos que selecciona y elabora a partir de una situación determinada, del significado que les atribuye y de las implicaciones que de ellos se derivan.

Dichos datos proceden de las percepciones de las acciones (tanto físicas como mentales) y del conocimiento en general que el sujeto posee sobre una situación dada, así como de las inferencias que a partir de todo ello realiza. El conjunto resultante está organizado por un sistema de relaciones que le confiere una coherencia interna, la cual produce, en el sujeto que lo ha elaborado, la idea de que mantiene también una coherencia externa, es decir, una coherencia con la situación del mundo real que representa (MORENO et al., 1998, p. 68).

Aprofundaremos, pois, cada um dos três processos, considerados pelas autoras como centrais na construção dos modelos organizadores:

- 1) **Abstração e seleção de elementos:** ao interpretar um determinado fenômeno, não somos capazes de captar todos os elementos que o compõe, de compreendê-lo e representá-lo de forma completa. Assim sendo, cada sujeito abstrai alguns elementos, os quais possuem significado para ele. Desse modo, compreende-se que o conhecimento não é uma cópia da realidade objetiva, mas uma construção própria de cada sujeito. (MORENO et al., 1998).
- 2) **Atribuição de significados aos elementos:** de acordo com Timón e Sastre (2003) cada sujeito não somente seleciona, como também atribui significados diferentes aos elementos selecionados, podendo, ainda realizar inferências sobre estes, imaginando elementos que não figuram na realidade. Portanto, como alertam Moreno, et al. (1998) é preciso ter em vista que há elementos da realidade não contemplados no modelo organizador, bem como pode haver elementos que constam no modelo que e não existem na realidade. Nesse ponto, destacamos a relevância dessa teoria, no sentido buscar abordar de

modo mais complexo o psiquismo humano, já que visa compreender também os aspectos de natureza não-lógica – como os sentimentos, os valores, os desejos e as fantasias – que atuam na organização do pensamento.

- 3) Organização e implicação entre os elementos abstraídos e os significados atribuídos: para a organização dos elementos, o sujeito busca estabelecer uma coerência interna, por meio das relações dos elementos por ele selecionados, bem como uma coerência externa, capaz de representar o mundo real. Logo, é importante mencionar que embora diante de um mesmo fato os sujeitos possam assumir compreensões diferenciadas, levando-os a elaborar diferentes modelos de pensamento, a possibilidade em dar ordenamento aos elementos que compõe os modelos não é infinita, haja vista certa compatibilidade com o mundo real. Não se trata, pois, de desconsiderar a realidade objetiva, senão que assumi-la como um elemento regulador (MORENO et al., 1998).

A partir da descrição desses processos podemos ressaltar que essa teoria nos oferece a possibilidade de analisar de maneira articulada conteúdo e forma, uma vez que atenta para a interação do sujeito com o meio, abordando tanto os aspectos estruturais internos, como os aspectos externos no processo de construção dos modelos organizadores do pensamento.

Tal abordagem permite abarcar tanto a lógica subjacente às estruturas do pensamento, quanto os sentimentos, os valores, os desejos e as representações sociais dos sujeitos investigados. Trata-se, portanto, da busca por investigar de modo integrado os aspectos racionais, afetivos e socioculturais. Desse modo, tal teoria visar romper com os dualismos entre a “ética da justiça” e a “ética do cuidado”, considerando tanto os aspectos racionais – tal como proposto pela primeira –, quanto os aspectos afetivos – tal como acabou por prevalecer na segunda.

Tal como apontam Sastre e Moreno (2000) é preciso compreender como complementares a “ética da justiça” e a “ética do cuidado” ao contrário de tratá-las como opostas. Nesse sentido, tais autoras recorrem aos aportes de Benhabib (1987), considerando que a ética da justiça se sustenta na perspectiva do “outro generalizado”, visto que considera que todos os seres humanos possuem os mesmos direitos e deveres, enquanto que a “ética do cuidado” se baseia na perspectiva do “outro concreto”, uma vez que atenta para as singularidades dos sujeitos, tendo em vista, portanto, suas necessidades e seus desejos. Nessa perspectiva o “outro generalizado” e o “outro concreto” estão integrados ao invés de excluir-se. Assim, de acordo com Sastre e Moreno (2000) “el punto de vista de Benhabib completa y amplía el de Gilligan creando una nueva síntesis que engloba los puntos de vista anteriores complexificándolos” (SASTRE; MORENO, 2000, p. 128).

Entendemos, pois, que tais formulações fornecem ferramentas teórico-metodológicas que permitem análises mais amplas e complexas no campo

da Psicologia Moral, já que avança na análise do funcionamento psicológico, uma vez que reconhece os seres humanos como seres que pensam, sentem e agem de maneiras distintas em interação com o meio. Desse modo, a ideia de modelos organizadores, ao articular mundo externo e interno, evidencia que são diversos os fatores que influenciam o funcionamento psicológico, tal como os aspectos afetivos, cognitivos e culturais.

Com efeito, compreendemos que o conceito de sujeito psicológico, formulado por Araújo (2003) permite-nos somar esforços em prol de uma leitura mais ampla no campo da Psicologia e, mais especificamente, na Psicologia Moral. Segundo Araújo (2003) cada sujeito possui uma dimensão cognitiva, sociocultural, biológica e afetiva e se relaciona com um mundo externo composto por características de natureza física, sociocultural e interpessoal. Cada uma das dimensões que compõe o sujeito é indissociável uma da outra, e podem ser separadas apenas para efeitos de estudo. Assim, as dimensões do próprio mundo interno estão em constante inter-relação, ao mesmo tempo em que se relacionam incessantemente com o mundo externo.

Explicitadas tais compreensões teóricas, exemplificaremos a perspectiva da Teoria dos Modelos Organizadores com a investigação desenvolvida por Arantes (2000a, 2000b). Em sua pesquisa, Arantes trabalhou com um grupo de noventa professores e professoras de uma escola pública brasileira, tendo dividido a amostra em três grupos de trinta sujeitos cada um deles. O primeiro grupo foi induzido a experienciar emoções positivas, como felicidade e alegria. O segundo grupo não foi levado a experienciar nenhuma sensação, sendo denominado, por isso, de grupo “neutro”. O terceiro grupo foi induzido a experienciar emoções negativas, tal como a tristeza e a insatisfação. Posteriormente, a pesquisadora apresentou a esses três grupos a mesma situação conflitiva de natureza moral: uma professora flagra um aluno fumando maconha na escola. Utilizando-se desse conflito a pesquisadora procurou comparar o raciocínio empregado pelos sujeitos em duas perspectivas diferentes: a deontológica, com o intuito de compreender o que deve fazer o protagonista; e uma perspectiva cognitivo-afetiva, visando analisar os sentimentos, os desejos e os pensamentos do protagonista.

A partir de tais procedimentos, o objetivo da pesquisa foi identificar e comparar os diferentes modelos organizadores do pensamento aplicados pelos sujeitos.

Arantes (2000a, 2000b) detectou quatro diferentes modelos organizadores do pensamento. Em dois dos modelos destacou-se o fato de que os sujeitos atribuíram à professora um papel passivo, sugerindo que ela deveria calar-se diante da situação apresentada ou encaminhar o problema a terceiros. Nos outros dois modelos os sujeitos atribuíram um papel ativo à professora, considerando que ela poderia, por exemplo, orientar o aluno, ajudá-lo e conversar com ele. Interessante, contudo, foi que, dentre os sujeitos que experimentaram emoções positivas (30 no total), 28 deles aplicaram um

dos dois modelos que atribuíam um papel ativo à professora. E, dentre os 30 sujeitos que experimentaram emoções negativas, 21 deles aplicaram um dos dois modelos que atribuíam um papel passivo à professora.

Ao dedicar-se a investigar tanto a perspectiva deontológica, como também a perspectiva cognitivo-afetiva, a pesquisa supracitada se coloca em consonância com o movimento de romper com o dualismo entre a “ética da justiça” e a “ética do cuidado”. Partindo dessa compreensão, pois, ao colocar em evidencia que a forma de organização do raciocínio e os estados emocionais estão relacionados, a investigação de Arantes (2000a, 2000b) aponta que a afetividade e a cognição são indissociáveis e atenta para o fato de que a afetividade exerce um papel organizativo no funcionamento psíquico, ajudando, assim, a abrir espaço no sentido de se discutir a afetividade como elemento que influencia no desenvolvimento moral, questão que, como vimos afirmando ao longo deste artigo, foi pouco abordada no campo científico.

Considerações finais

A partir de revisão de literatura o presente trabalho buscou retomar as diferentes abordagens acerca do desenvolvimento moral, especialmente no campo da Psicologia Moral. Mediante tal tarefa, deparamo-nos com o predomínio de visões reducionistas que valorizaram a racionalidade como único elemento capaz de assegurar a moralidade, como o fez a perspectiva clássica ao enfatizar a ética da justiça. Por outro lado, por meio das críticas de Carol Gilligan a essa compreensão, destacou-se a ética do cuidado, fazendo evidente a dimensão afetiva no desenvolvimento moral. Contudo, apesar do pioneirismo de Gilligan, seu trabalho relacionou a ética do cuidado ao desenvolvimento moral feminino e gerou uma série de dualismos, como, por exemplo, entre a dimensão racional e afetiva, entre o masculino e o feminino.

Tendo em vista o percurso transcorrido nos estudos sobre o desenvolvimento moral no campo da Psicologia, encontramos na Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento uma ferramenta teórico-metodológica capaz de ampliar os horizontes dessa área de investigação e permitir análises de maior complexidade, uma vez que considera a interação entre sujeito e meio no processo de construção da realidade. Assim, tal teoria entende que o funcionamento psicológico se dá não somente a partir dos elementos racionais/cognitivos, mas também afetivos, sociais e culturais.

Notas

* Doutoranda em Educação na Universidade de São Paulo. E-mail: julianafranzi@usp.br

** Livre-docente pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com Pós-Doutorado nas Universidades de Barcelona, Espanha e Stanford, EUA. E-mail: uliarau@usp.br

¹ Traçando análises comparativas entre a ética na concepção aristotélica e kantiana, Pereira (2011) observa que enquanto para Aristóteles a felicidade (eudaimonia) é a finalidade última de toda escolha e ação humana, sendo uma vida virtuosa e contemplativa o meio para se atingir a felicidade, para Kant, o móvel moral é a boa vontade, tendo Kant discordado, pois, de um modelo ético que tome a felicidade como um bem em si mesmo.

² É importante mencionar que Piaget publicou em 1953 uma obra em que se dedicou especificamente a discorrer sobre a indissociabilidade entre afetividade e cognição, resultante de um curso que ministrou na Universidade de Sorbonne (Paris), contudo tal tema não foi foco de suas análises. A versão original desta obra foi denominada “Les relations entre l’intelligence et l’affectivité dans le développement de l’enfant”.

Referências

ARANTES, Valéria Amorim. **Estados de animo e os modelos organizadores do pensamento: um estudo exploratório sobre a resolução de conflitos morais**. Tese de Doutorado. Barcelona: Facultat de Psicologia-Universitat de Barcelona, 2000a.

ARANTES, Valéria Amorim. Cognição, afetividade e moralidade. São Paulo, **Educação e Pesquisa**, 2000b, 26(2), p. 136-156.

_____. Afetividade, cognição e moralidade na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Afetividade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2003.

ARAÚJO, Ulisses F. **Conto de escola**: a vergonha como um regulador moral. São Paulo: Moderna e Editora da Unicamp, 1999.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. A dimensão afetiva da psique humana e da educação em valores. In: ARANTES, V. (org.). **Afetividade na escola**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. Una revisión del debate sobre las mujeres y la teoría moral. Isegoría, nº 6, **Revista de Filosofía Moral e Política**. Madrid: 1992, p. 37-63.

BIAGGIO, Angela Maria Brasil. Kohlberg e a “Comunidade Justa”: promovendo o senso ético e a cidadania na escola. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, 1997.

CAMPBELL, Robert; CHRISTOPHER, John. Moral development theory: a critique of its kantian presuppositions. **Developmental Review**, v. 16, n. 1, p.1-47, 1996.

CAPRA, Fritjof. **La trama de la vida**. Anagrama, Barcelona, 1998.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade**: uma crítica de Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente**: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 1982.

KANT, Immanuel. **Fundamentación de la metafísica de las costumbres**. Madrid: Ediciones Encuentros, 2003.

KUHN, Thomas. **La estructura de las revoluciones científicas**. Fondo de Cultura Económica, México, 1975.

KOHLBERG, Lawrence. Estadios morales y moralización. El enfoque cognitivo-evolutivo. In: TURIEL, E. et al. (orgs.). **El mundo social en la mente infantil**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

_____. **Psicología del desarrollo moral**. Bilbao: Desclée, 1992.

KUHNEN, Tania Aparecida. A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios: divergências entre Carol Gilligan e Nel Noddings. **Ethic@**, Florianópolis, v. 9, n. 3, p. 155-168, set. 2010.

KUPFER, Maria Cristina Machado. Afetividade e cognição: uma dicotomia em discussão. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.) **Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 2003.

MORENO, Montserrat et al. **Conocimiento y cambio**: los modelos organizadores en la construcción del conocimiento. Barcelona: Paidós, 1998

MORENO, Montserrat Moreno; SASTRE, Genoveva Vilarrasa. **Cómo construimos universos**: amor, cooperacion y conflicto. Barcelona: Gedisa Editorial, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NODDINGS, Nell. **O cuidado**: uma abordagem feminina à ética e educação moral. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

PAGOTTO-EUZEPIO, Marcos Sidnei. Considerações acerca da Fundamentação da Metafísica dos Costumes de I. Kant - Liberdade, Dever e Moralidade. **Notandum (USP)**, v. 10, p. 61-66, 2007.

PEREIRA, Reinaldo Sampaio. Alguns pontos de aproximação entre a ética aristotélica e a kantiana. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 34, n. 3, 2011.

PIAGET, Jean. **Inteligencia y afectividad**. Buenos Aires: Aique, 2005.

_____. **O juízo moral da criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PRIGOGINE, I. **El fin des certitudes**. Odile Jacob, París, 1996.

_____. **¿Tan sólo una ilusión?** Tusquets, Barcelona, 1983.

SASTRE, Genoveva Vilarrasa; MORENO, Montserrat Moreno. Nuevas perspectivas sobre el razonamiento moral. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 2, dez. 2000.

TIMÓN, Mónica Herrero; SASTRE, Genoveva Vilarrasa. Los sentimientos en el ámbito de la moral. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, dez. 2003.

Recebido em: janeiro de 2013.

Aprovado em: maio de 2013.